

O Império da Periferia Marítima

Luís Cunha

Luís Cunha é doutorado em Relações Internacionais e investigador no Instituto do Oriente (ISCSP/UTL). Autor de diversos artigos sobre geopolítica da Ásia-Pacífico e dos livros “Cooperação e Conflito na Questão de Taiwan” (2008) e “A Hora do Dragão – Política Externa da China” (2012).

Resumo

Quando uma multimilenária potência continental expressa a vontade em transformar-se numa potência marítima, o mundo geopolítico reage com natural apreensão. Partindo desse cenário, este artigo discute a importância estratégica do novo poder naval chinês.

A China dispõe, finalmente, das condições para transformar recursos económicos em poder estratégico. O período unipolar será, tudo o indica, remetido para os livros de história. Os próximos anos serão marcados por uma maior competição entre as duas grandes potências mundiais – EUA e China. Esta terá enveredado por uma postura assertiva no plano internacional, em parte baseada na reencontrada pujança das suas forças armadas, objeto de um ambicioso programa de modernização. Mas será que a China quer comprometer o investimento realizado nas últimas décadas na pacificação das relações com os seus vizinhos?

Em suma, a China transformou-se num “Estado anfíbio”. Ao dominar as plataformas continental e marítima, será capaz de afirmar-se como potência hegemónica na região da Ásia-Pacífico. Uma nova ordem asiática pode estar a caminho.

Abstract

The Maritime Periphery Empire

When a continental power expresses the desire to become a maritime power, the geopolitical world reacts with apprehension. This article discusses the strategic significance of China's new naval power.

The next few years will be marked by a greater competition between the two major world powers – USA and China. China has finally transformed economic resources in strategic power. The unipolar period will be consigned to the history books.

China has embarked on an assertive posture, in part based on the newfound strength of their armed forces, the subject of an ambitious modernization program, well orchestrated and financed, but will China jeopardize the investment made in recent decades concerning the pacification of its relations with his neighbors? In fact some strategists argue that we are witnessing a confrontation reminiscent of the Cold War.

The concept of “active defense” now includes offensive capabilities unprecedented in the arsenal available to the PLA. Beijing appears to have entered the game of supremacy. China became an “amphibian state” by mastering the continental and maritime platforms, and is finally able to assert itself as the hegemonic power in the Asia-Pacific. Consequently, we are witnessing an increasing militarization of the coastal states of the region, creating a volatile strategic environment. A new Asian order may be underway.

Quando uma multimilenária potência continental expressa a vontade em transformar-se numa potência marítima, o mundo geopolítico reage com natural apreensão. O anúncio, dado a conhecer no 18.º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC) e numa altura em que os Estados Unidos da América (EUA) reforçam a sua presença militar no Pacífico, pode colocar em causa o delicado equilíbrio geoestratégico na região, palco de disputas territoriais recorrentes.

Nas suas primeiras intervenções públicas na qualidade de novo líder máximo chinês, Xi Jinping, apelou à recuperação do “sonho chinês” e ao “renascimento da nação chinesa”, em sintonia com a tónica nacionalista que o PCC tem vindo a incutir para efeitos internos e deverá abranger uma maior projeção do poder chinês nas suas diferentes dimensões, incluindo um forte investimento no Exército Popular da Libertação (EPL).

Há quem veja neste ideário o fim da ascensão pacífica difundida pela propaganda chinesa ao longo dos últimos anos, e também da postura de fraca visibilidade recomendada por Deng Xiaoping para a política externa chinesa. A nova fase, encetada pela quinta geração chinesa de líderes de alcançar o núcleo do poder decisório global, será presumivelmente marcada por uma maior competição entre as duas maiores potências mundiais, isto porque a China dispõe, finalmente, das condições para transformar recursos económicos em poder estratégico, remetendo desse modo para os livros da história o período unipolar.

Na origem deste renascimento chinês residirá um misto da recém-conquistada autoconfiança, misturada, paradoxalmente, com inseguranças no plano externo. As elites político-militares chinesas estão agora divididas entre os círculos que pretendem contemporizar com o sistema internacional, ainda institucionalmente dominado pelo Ocidente, e aqueles que defendem uma China mais assertiva, capaz de colocar em prática uma política externa condizente com o peso do país na cena mundial.

Na realidade a China é não somente a segunda maior economia e a maior exportadora mundial, mas também um dos países que mais investe em orçamento militar, só sendo suplantado pelos EUA.

De acordo com o *Stockholm International Peace Institute* (SIPRI) os gastos militares da China ascenderam em 2011 a 143 mil milhões de dólares, mais do dobro da Rússia. O relatório anual sobre a evolução do cenário económico e de segurança da China, entregue por uma comissão especializada ao Congresso norte-americano estima esse valor em 106 mil milhões de dólares. As despesas militares da China são superiores às dos doze países da região com maior orçamento militar (incluindo a Coreia do Sul, Japão e Austrália). Todos os Livros Brancos da Defesa publicados

pelos principais rivais geoestratégicos da China reconhecem que, dos submarinos nucleares à exploração espacial, a China tem vindo a revelar uma rápida capacidade de modernização tecnológica. Em muitos casos os chineses nem sequer têm que inovar; basta-lhes assimilar as tecnologias estrangeiras disponíveis.

A região da Ásia-Pacífico foi o destino de quase metade das exportações de armamento convencional em 2007-11. Os cinco maiores destinatários foram a Índia, Coreia do Sul, Paquistão, China e Singapura. Esta última, a cidade-Estado, empregou 24% do seu orçamento nacional na área da defesa em 2012. Vários países do Sudeste asiático, designadamente o Brunei, a Indonésia, a Malásia, as Filipinas, Singapura e o Vietname, adquiriram importantes meios navais e aéreos, triplicando o volume de armas importado. A Austrália também colocou em campo um ambicioso programa na área da defesa, preparando-se para adquirir doze submarinos, naquele que será o maior investimento militar de sempre no país. A Austrália arma-se e embora o Livro Branco da Defesa para 2013 preveja a intensificação da colaboração com os EUA, o documento estratégico "*Australia in the Asian Century*", produzido pelo Governo australiano, contemporiza com a ascensão da China. Para muitos observadores o crescente poder evidenciado pelas forças armadas chinesas, em especial a Marinha, não será alheio ao reforço bélico preventivo por parte dos diferentes actores regionais.

O recrudescimento das disputas territoriais no Mar da China Meridional, que a China reclama em grande parte, e no Mar da China Oriental (ilhas Diaoyu/Senkaku) em disputa com o Japão, coincidiram com a entrada em operações do primeiro porta-aviões chinês, uma plataforma ofensiva, reforçando a tese daqueles que vêem na projeção do poder militar chinês ambições hegemónicas. De acordo com o Pentágono, a Marinha chinesa disporá, nos próximos anos, de mais dois a três porta-aviões construídos pela indústria naval nacional.

Embora embarcações chinesas tenham, alegadamente, empreendido viagens de exploração marítima no século XV, a China nunca foi uma potência marítima. Mas também nunca esqueceu que o "século de humilhações" a que foi sujeita teve início nas conquistas por mar, levadas a cabo pelas potências colonizadoras. A ilha de Taiwan, por exemplo, foi uma colónia japonesa durante meio século. Trata-se de um fardo da história, que as elites chinesas fazem questão de recordar, e que estará na origem do processo de recuperação do prestígio e poder económico gozado pela China durante dezoito séculos. Os documentos oficiais chineses admitem, abertamente, que a China quer ser uma nação poderosa. Significativamente, os novos passaportes chineses incluem um mapa da China abrangendo o Mar da China Meridional, reclamado na sua quase totalidade por Pequim.

Numa leitura linear, a China terá enveredado por uma postura assertiva no plano internacional, em parte baseada na reencontrada pujança das suas forças armadas, objecto de um ambicioso programa de modernização, bem orquestrado

e financiado. Nos últimos anos a China reforçou a sua presença naval na periferia marítima, ao mesmo tempo que intensificava a campanha nacionalista em torno das ilhas em disputa nos mares da China Meridional e China Oriental. Mas estará a China, efectivamente, a desbaratar o investimento que, reconhecidamente, realizou ao longo das últimas décadas na pacificação das relações com a sua vintena de vizinhos – terrestres e marítimos? A resposta terá, necessariamente, que focar especificidades da política interna chinesa – imbuída de um nacionalismo politicamente dirigido – as redes económicas estabelecidas, as organizações multilaterais regionais e, não menos importante, a complexa relação entre as duas maiores potências do Pacífico – EUA e China. Resta saber, como defendia Hillary Clinton, se aquele oceano é suficientemente grande para as duas potências.

Os Limites do Regionalismo

A China necessita de ser reconhecida como uma potência pacifista, capaz de contribuir positivamente para o sistema internacional, condição indispensável à prossecução do seu projecto desenvolvimentista. Embora a primeira metade da história da República Popular da China esteja polvilhada de episódios relacionados com o envolvimento maoísta em conflitos armados, com muitos dos seus vizinhos regionais, há mais de três décadas que as forças armadas chinesas não entram em ação. Pequim enveredou pela ascensão pacífica, entretanto reciclada em desenvolvimento pacífico, consciente de que essa seria a única via capaz de aquietar as desconfianças de muitos dos seus interlocutores. Para o efeito recuperou e incentivou os princípios da coexistência pacífica da Conferência de Bandung (1955), que estão no âmago, em termos doutrinários, da política externa chinesa.

À exceção do diferendo que ainda opõe a China à Índia na questão fronteiriça na região de Arunachal Pradesh, Pequim conseguiu resolver consensualmente todas as questões que mantinha em aberto com os seus múltiplos vizinhos continentais. Nos anos 90 do século passado a China estabeleceu parcerias estratégicas com dezasseis países e organizações, metade dos quais na Ásia-Pacífico.

Mas na frente marítima o cenário revela-se mais complexo. Embora as relações com Taiwan tenham estabilizado nos últimos anos, fruto da chegada do *Kuomintang* ao poder em Taipé e das intensas trocas comerciais, Pequim recusa-se a abdicar do recurso ao uso da força como potencial meio para atingir a almejada reunificação, o mais sagrado dos desideratos nacionais do PCC.

Também os recorrentes incidentes no Mar da China Meridional, opondo a China aos outros atores regionais que reclamam jurisdição total ou parcial sobre aquela massa de água, e as disputas relacionadas com as ilhas Diaoyu/Senkaku, colocando em confronto ímpetos nacionalistas do Japão e China, são outros dos fatores em jogo no delicado tabuleiro geoestratégico da região.

A Marinha de guerra chinesa tem protagonizado ações de “refrega”, por vezes dramáticas, com outras forças navais no Mar da China Meridional. Desde 1974 que ocupa as ilhas Paracel, na sequência de violentos combates com o Vietname. Mais tarde Pequim ordenou a ocupação de outros ilhéus e recifes em pontos nevrálgicos do Mar da China Meridional, ali construindo instalações logísticas e militares, ao arrepio dos protestos de diversos países e da mais importante organização regional, a ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*).

Reconheça-se, porém, que a China tem vindo a revelar-se particularmente ativa no que diz respeito à sua participação nas organizações de segurança regionais. Em 1997, a China e a ASEAN assinaram um Acordo de “boa vizinhança” e, em 2002, uma parceria estratégica multi-vectorial. Também aprofundou o seu envolvimento com a ARF (*ASEAN Regional Forum*), o braço daquela organização multilateral para as questões da segurança e defesa.

Com o objetivo de reforçar a sua presença estratégica na Ásia Central, a China esteve na origem da OCX (Organização de Cooperação de Xangai), uma organização multilateral que não esconde a sua desconfiança face ao poder norte-americano e que tem vindo a ampliar a sua vertente ligada à defesa e segurança.

Em todo o caso, os mecanismos de dissuasão e controlo em matéria de segurança e defesa na Ásia-Pacífico são incipientes, por comparação com os organismos ocidentais. Não existem alianças militares equivalentes à NATO. A disparidade ideológica e cultural dos regimes em presença, a par das disputas territoriais, aparentemente insanáveis, faz com que a ampla região influenciada pela China seja intrinsecamente volátil.

A China Assertiva

Num artigo sob o significativo título “*Caminhos para a Emergência de um Poder Mundial*”, publicado no final de 2009, o oficioso *China Daily* deu à estampa um artigo assinado por Lau Nai-keung, membro do Comité Permanente da Assembleia Nacional Popular.

Em registo pouco usual, Lau começa por admitir que a China necessita habituar-se ao seu novo papel na ordem internacional e às responsabilidades que o acompanham. Para este político chinês a teoria da “responsabilidade chinesa” mais não faz do que atrair a China para a *Pax Americana*, impondo-lhe espartilhadas regras de conduta: “Ser uma potência mundial significa não ter que seguir as regras estabelecidas pelos outros. Mais do que isso, na qualidade de potência internacional [a China] cria normas e instituições. Isso é o que significa ser uma potência mundial, e é dessa maneira que a China vai comportar-se no seu novo papel”.

Aquele responsável chinês conclui o seu ilustrativo artigo sustentando que o mundo do futuro vai ser totalmente diferente daquele que o Ocidente construiu nos últimos 300 anos. E isto porque a China, a nova potência mundial,

terá uma palavra a dizer na construção da matriz da nova ordem internacional. Trata-se apenas de um, embora em registo particularmente tonificado, dos muitos artigos surgidos na imprensa chinesa reclamando uma postura mais assertiva para a China, tendo sempre por pano de fundo o alegado declínio do Ocidente. Nessa medida, 2008 foi um ano charneira para a projeção do poder chinês. Decorrido apenas um mês sobre a realização dos Jogos Olímpicos de Pequim, o pínaculo do *soft power* chinês espelhado à escala global, a arquitetura financeira do Ocidente sofreu um abalo de proporções sísmicas com a falência do banco *Lehman Brothers*. Para alguns círculos ligados ao poder chinês, esse terá sido o canto de cisne do sistema internacional tutelado pelo Ocidente e, simultaneamente, o (re)início da irreversível escalada da China para um poder verdadeiramente mundial. Os EUA (e a Europa) caíam em recessão, enquanto a economia chinesa crescia 10% ao ano.

O nacionalismo, a que alguns académicos chineses preferem apelidar de patriotismo, impregna e condiciona a mundivisão chinesa. Não esqueçamos que, mais do que um Estado-nação, a China é uma civilização. A civilização por excelência, na visão sinocêntrica de um Império do Meio. Daqui decorre que as elites chinesas não se cansam de reafirmar, e (auto) enaltecer, o caminho singular e independente que a China está a trilhar. Um caminho que inclui a projeção do poder militar: no plano defensivo e ofensivo, na periferia marítima, mas com capacidade para alargar horizontes e latitudes.

De acordo com o estratega Wang Jisi (2012) as despesas militares da China ainda não são suficientes e as políticas de Pequim face ao seus vizinhos regionais e aos EUA têm primado pela fraqueza.

Já o académico Wang Yizhou (2012) defende, na mesma publicação, uma nova mentalidade para a política externa chinesa, baseada no “envolvimento criativo”, o mesmo é dizer abandonando o *low profile* a favor da afirmação de interesses, seja nas “regiões polares, no espaço sideral e noutras fronteiras mais distantes”, dando por adquirida a transformação da China de uma potência continental numa potência marítima. Por sua vez, Yan Xuetong (2012) recorda que os EUA e a China são as duas únicas potências capazes de despender mais de 100 mil milhões de dólares em defesa nos próximos cinco anos e que, no futuro, os princípios da interferência e não-interferência irão co-existir. Uma asserção que coloca em causa – sublinhe-se – o sacrossanto princípio da não interferência nos assuntos internos de outras nações, perfilhado pela China ao longo de seis décadas.

Mais cauteloso, Wang Jisi (2012) afirma que a China encontra-se atualmente num cenário estratégico vantajoso mas que, paradoxalmente, o sentimento generalizado entre a população chinesa é o de estarem perante um “ambiente internacional preocupante”. Para além das fragilidades internas conhecidas e de um modo geral inventariadas no 12.º plano quinquenal em vigor, o antigo conselheiro do Presi-

dente Hu Jintao para a política externa, considera que a China vive um “dilema securitário”, uma vez que o programa de modernização das forças armadas chinesas – com o único objectivo de assegurar a segurança nacional, realça – desencadeou reações e medidas preventivas por parte dos vizinhos regionais e EUA. Em resultado, e ainda de acordo com aquele ideólogo, o fenómeno “complexo de vítima” estará agora mais enraizado na população chinesa, por oposição à época em que a China era mais fraca. Em suma, os chineses sentir-se-ão “mais poderosos, mas mais inseguros”.

Na série de artigos que dedicou às diferentes percepções da assertividade chinesa, Michael Swaine (2012: 32) concluiu que a nova postura interventiva da China é reconhecida pelos observadores chineses e ocidentais, pese embora as diferentes conotações atribuídas a essa atitude no campo da política externa. Na verdade, todos parecem reconhecer a necessidade de uma postura mais ativa da China na cena internacional. Poucos, porém, parecem interessados em ver na China uma potência militar capaz de rivalizar com os EUA.

O Mundo pós-Occidental

Ao analisarmos a mais recente literatura académica e oficial norte-americana, somos levados a acreditar que as elites da maior potência mundial chegaram a uma conclusão, ainda não consensual, mas cada vez mais evidente: os EUA já não estão em condições de conter a ascensão da China. Até mesmo, e principalmente, no plano militar. É curioso notar que muita da bibliografia produzida por nomes sonantes dos meios académico e político norte-americano – dedicada em princípio a relativizar o alegado declínio dos EUA/Occidente na ordem internacional – degenera não raras vezes em leituras, mais ou menos realistas, do fenómeno ascensional chinês. Justifica-o, projeta-o, dá-lhe cobertura. Estão neste caso obras como *On China* (Henry Kissinger), *The Future of Power* (Joseph S. Nye) ou *Strategic Vision, America and the Crisis of Global Power* (Zbigniew Brzezinski). Em causa estará o futuro do mundo pós-americano, ou pós-occidental. Os relatórios publicados pela *Central Intelligence Agency* (CIA) e pelo *National Intelligence Council* (NIC) afinam pelo mesmo diapasão.

Na visão de Brzezinski o Occidente “ainda não está acabado”, mas “a sua supremacia global acabou”, enquanto para Nye “não é provável que os Estados Unidos venham a decair como a antiga Roma, ou a ser ultrapassados por outros estados, nem mesmo a China”. Por sua vez, Kissinger acredita que a competição entre os EUA e a China vai ter lugar no plano social e económico e menos no militar. Advoga a “co-evolução” para as duas nações, um conceito que tem vindo a revelar-se problemático no campo das relações internacionais, e também uma “comunidade do Pacífico”, capaz de mitigar tensões estratégicas entre os EUA e a China. A avaliar pela reacção negativa da China ao novo conceito estratégico dos EUA para

o Pacífico – o controverso *pivot* – também esta proposta estará comprometida pela realidade dos factos.

Os relatórios “*Mapping the World 2020/2025*” prevêem que a China será, de acordo com todos os parâmetros, uma potência militar de primeira ordem. Na realidade, a proliferação de documentos oficiais de carácter político-militar sobre a China, produzidos por agências e órgãos governamentais, Congresso e Departamento de Defesa, é elucidativo quanto às preocupações dos dirigentes norte-americanos relativamente ao fenómeno ascensional da China. Contando em regra com a participação ativa de especialistas do mundo académico e de ex-governantes ligados às questões da Ásia-Pacífico, estes documentos passam em revista, de modo exaustivo, os diferentes ângulos da modernização da China e respectivas consequências geopolíticas¹.

O *Pivot* Americano

O entendimento estratégico sino-americano tem sido difícil ou inexistente, principalmente na região do Pacífico, descurada durante um longo período pela administração norte-americana, mais do ponto de vista estratégico, nas suas múltiplas dimensões, do que na perspectiva puramente militar – refira-se. Na verdade desde o final do século XIX, e principalmente desde o ataque a Pearl Harbor, que os EUA são uma nação do Pacífico, mantendo uma presença aeronaval em diversos pontos geográficos vitais daquela vasta região e uma força militar superior a 320 mil efectivos.

Mas sabe-se que os chineses são mestres no aproveitamento das oportunidades estratégicas, e o comprometimento de grande parte do esforço militar dos EUA no combate ao terrorismo e em duas frentes de batalha altamente corrosivas (Iraque e Afeganistão) deu ao Exército Popular de Libertação (EPL), com particular destaque para a Marinha, uma oportunidade única para testar os novos meios e projetar poder naval. Como referiu o académico Shi Yinhong em Lisboa “...a maioria do povo chinês deseja aumentar o poder militar, expandir a atividade naval da China (...) de cada vez que a China lança um novo sistema de armamento, as pessoas ficam muito excitadas”.

Aparentemente pressionada pelos vários aliados no Pacífico, a braços com a expansão marítima da China, e tendo pela frente uma elite chinesa pouco interessada em enveredar por um G2 informal com os EUA, a administração Obama colocou em campo um programa que pretende reforçar a presença militar, dar um novo fôlego às antigas alianças político-económicas e desenvolver a participação nas

1 Destacamos de entre estes documentos estratégicos os relatórios quadrienal e anual, o primeiro genérico e o segundo especificamente dedicado ao poder militar da China, divulgados pelo Departamento de Defesa; o relatório anual da Comissão de Economia e Segurança do Congresso sobre as relações EUA-China; e os relatórios do *National Intelligence Council*.

instituições multilaterais da região. Nasce o *pivot* – expressão pouco feliz entretanto rebaptizada em “reajustamento” – ao abrigo do qual a Marinha dos EUA estacionará a maior parte dos respectivos meios (60%) no Pacífico até 2020. Todavia, a médio prazo não é previsível uma transferência em massa do *hard power* americano para a Ásia-Pacífico. Em Singapura ficarão estacionados quatro modernos navios da sua Marinha, uma base australiana será reforçada com um contingente rotativo de *Marines*, e algumas aeronaves – como os bombardeiros B-1 e B-52 e os indispensáveis *drones* – serão transferidos para aquele teatro de operações. Submarinos americanos passaram a usar a antiga base naval na baía de Subic, nas Filipinas. Pese embora estas movimentações, o futuro reforço do investimento americano na região está dependente do instável orçamento dos EUA.

O novo plano estratégico de Washington foi interpretado como uma resposta à crescente instabilidade no Mar da China Meridional, devido às recorrentes disputas ocorridas entre Pequim e Manila e Hanói. Tratou-se de uma iniciativa inserida no âmbito da nova política da administração norte-americana para aquela região do globo, traduzida num aumento significativo do investimento diplomático, económico e estratégico e do reforço das alianças com países como as Filipinas, Singapura, Tailândia, Japão, Austrália e Coreia do Sul e de uma nova abordagem à Índia e Indonésia.

Em novembro de 2011, a Secretária de Estado Hillary Clinton publicava um artigo na revista *Foreign Policy* o artigo “*America’s Pacific Century*” revelando as linhas mestras da nova política. O tom era conciliatório no que dizia respeito à China, mas poucas dúvidas restavam que Washington se preparava para responder no terreno ao crescente protagonismo e influência da China na Ásia-Pacífico. De acordo com o Almirante Samuel Locklear, comandante das forças militares americanas no Pacífico, a presença militar dos EUA naquela região vai ser a mais significativa desde a Segunda Guerra Mundial e tem em vista “moldar apropriadamente ou pelo menos influenciar a ascensão da China”. Aquela alta patente da Marinha norte-americana coloca a questão no plano do realismo político ao recordar que, olhando para a História, “não há muitos exemplos que dêem conta de uma potência matura a aceitar uma potência em ascensão sem conflito”.

Para alguns estrategas estamos perante o ressuscitar de um confronto com reminiscências à época da Guerra Fria. Todavia, no seu livro “*China Choice*”, Hugh White (2012) considera que a comparação é incorreta, uma vez que na competição sino-americana não é a ideologia que divide os contendores. Além disso, ao contrário da União Soviética, a China foi bem-sucedida no programa que conduziu à melhoria das condições de vida da população.

De acordo com o cientista político Robert S. Ross, o problema com o *pivot* é que, por um lado, os EUA já vêm reforçando a sua presença na Ásia-Pacífico desde 1997

e, por outro, o investimento anunciado é desproporcional à ameaça que a China representa. O efeito último será oposto à intenção estratégica americana, isto é, ao querer conter a China, Washington estará a incentivar uma postura mais assertiva por parte do gigante asiático.

Em todo o caso, e de acordo com Michael D. Swaine (2012), a reacção da liderança chinesa ao anúncio do reforço dos interesses geoestratégicos dos EUA no Pacífico tem sido cautelosa, talvez por Pequim acreditar que a maior potência global, a braços com problemas orçamentais e com uma classe política dividida como nunca, não estará em condições de levar até ao fim o programa político-militar previsto. Na perspectiva de Pequim, a estratégia americana para conter a China estará votada ao fracasso. Entre outros fatores, é preciso não esquecer que alguns dos tradicionais aliados militares dos EUA na região são, simultaneamente, os principais parceiros comerciais da China, complicando ainda mais a delicada balança de poderes na região.

O “reajustamento” americano no Pacífico suscitou reacções comedidas nos países da União Europeia (UE), alguns dos quais alvo da redução dos efectivos militares dos EUA na Europa. O interesse estratégico europeu naquela região é reduzido, conquanto a UE siga atentamente os desenvolvimentos geopolíticos através dos contactos com as organizações multilaterais da região. Embora insistam na importância da relação transatlântica, os EUA admitem que o futuro geoestratégico da maior potência mundial está agora voltado para o Pacífico (NIC, 2012).

É de sublinhar que a Europa e os EUA não atribuem a importância devida ao diálogo estratégico sobre a Ásia-Pacífico, mantendo visões substancialmente diferentes sobre o modo de abordagem às questões daquela região. Entretanto, Washington continua a pressionar a UE para que seja mais produtora e menos consumidora de segurança.

O provável acordo de comércio livre EUA-Europa contribuirá, de algum modo, para amenizar o efeito da retirada de parte do contingente americano do velho continente.

AirSea Battle

O reforço da presença militar norte-americana no Pacífico fez com que o *AirSea Battle*, um conceito doutrinário do Pentágono para a região, centrado na presumível ameaça chinesa, fosse ressuscitado. Elaborado ao longo das duas últimas décadas, o plano inicialmente delineado por Andrew Marshall, um estratega ao serviço do Pentágono, prevê que uma vez o conflito deflagrado, bombardeiros e submarinos americanos de baixa visibilidade consigam neutralizar a rede de radares de longa distância da China, seguindo-se um assalto em grande escala com o recurso a meios aeronavais.

O polémico plano é visto com reservas por alguns responsáveis das forças armadas dos EUA. Embora os autores do documento façam questão de frisar, uma e

outra vez, que o plano não está gizado para fazer frente a nenhuma nação em particular, parecem restar poucas dúvidas que o cenário em causa lida com uma China potencialmente hegemônica e agressiva.

Do ponto de vista militar a ascensão do poderio chinês é inegável. A produção autônoma da indústria militar local começa a aproximar-se das mais modernas plataformas e sistemas ao dispor do Ocidente. A mecanização do EPL estará concluída em 2020, bem como a informatização da rede que liga os pontos nevrálgicos das forças armadas. O maior exército do mundo (1.6 milhões) possui vários tipos de mísseis balísticos, designadamente intercontinentais, lançados de submarinos e de plataformas terrestres móveis. Desenvolve mísseis convencionais capazes de atingir porta-aviões. Também dispõe de tecnologia de interceptação de mísseis e já destruiu um satélite chinês, desativado, com um míssil balístico.

O cenário de guerra do século XXI evoluiu do habitual figurino tridimensional (terra, mar e ar) para um complexo teatro de operações multi-dimensional, que inclui redes informáticas sofisticadas, espaço, dimensão electromagnética e dimensão psicológica. Opções assimétricas (e.g. ciberguerra), capazes de neutralizar o oponente mais capacitado, são outros dos instrumentos ao dispor dos Estados com menor capacidade bélica. Em todas essas frentes a China tem vindo a desenvolver meios e capacidades assinaláveis.

A Marinha chinesa, repartida por três frotas (Mar do Norte, Mar da China Meridional e Mar da China Oriental), dispõe de mais de mil navios, incluindo 60 submarinos (mais do que a Rússia). Para além do porta-aviões *Liaoning*, operacional desde setembro de 2012, é muito provável que a Marinha chinesa receba nos próximos anos outros vasos de guerra semelhantes, para além de *destroyers* e submarinos chineses sofisticados.

Os primeiros aviadores navais, pilotando caças J-15 de fabrico nacional (baseados no russo Su-33), já realizaram alguns testes a bordo do *Liaoning*, levando a crer que as previsões contidas no relatório entregue ao Congresso dos EUA a 14 de novembro de 2012 (coincidindo com o dia de encerramento do Congresso do PCC), remetendo para 2017 a plena operacionalização das esquadras aéreas daquele meio naval, pequem por falta de realismo.

Paralelamente, a Marinha tem vindo a aumentar a sua capacidade de combate e de projeção naval, capaz de ir além da primeira linha de ilhas do estratégico “cordão de pérolas”². Nos últimos anos a Marinha foi reforçada com navios de reabasteci-

2 A estratégia da expansão da Marinha chinesa em três cadeias de ilhas foi delineada pelo Almirante Liu Huaqing em 1988. A primeira linha estende-se do Sul do Japão, passando por Taiwan e indo até às Filipinas. A segunda cadeia de ilhas corre da ilha Sakalina até às ilhas do Sudeste do Pacífico e a terceira das ilhas Aleutas a Norte até à Antártica a Sul. Os objetivos deviam estar concluídos em 2010, 2025 e 2050, respetivamente.

mento e de desembarque. Dispõe actualmente de modernos *destroyers* com radares similares ao tipo *Aegis* norte-americano³, tendo lançado ao mar, no final de 2012, o primeiro navio deste tipo (052D *Luyang II*). Com uma tonelagem e autonomias inferiores aos seus congéneres americanos, estes sofisticados navios de guerra estão preparados para realizarem as suas missões nos mares da periferia da China ou mesmo no Oceano Índico.

Na Ásia-Pacífico apenas as Marinhas da Coreia do Sul e Japão dispõem deste sofisticado sistema; os novos *destroyers* encomendados pela Austrália também vão incluir o sistema *Aegis*. Se a China acelerar o seu programa de construção deste tipo de navios, desequilibrará o poder naval na região. O braço naval do EPL dispõe ainda de mais de 80 *Catamarans* lança-mísseis tipo 022 (classe *Houbei* na designação NATO), capazes de atingirem alvos a grandes distâncias.

A Marinha chinesa tem vindo a reforçar a sua presença na ilha de Hainan, no Sul da China, onde tem estacionada uma moderna força naval composta por *destroyers* do tipo *Aegis*, fragatas e submarinos nucleares. As instalações portuárias estão preparadas para darem apoio logístico aos futuros porta-aviões chineses.

Também a Força Aérea, a par da Marinha, tem sido beneficiária do assinalável investimento chinês no poderio militar. Dispõe atualmente de aviões de combate de quarta geração (Su-27, J-10, Su-30) e já iniciou os testes dos J-20 e J-31, aviões de combate de quinta geração e baixa visibilidade aos radares, produzidos pela indústria nacional. O J-31 poderá estar destinado a servir nos porta-aviões chineses. Uma nova aeronave de transporte tático também construída na China, o quadrimotor Y-20, semelhante em dimensão ao IL-76 russo, aumentará substancialmente a capacidade operacional do EPL para fazer face a diferentes teatros de operações.

As negociações com a Rússia para aquisição do caça Su-35 multi-missão (versão avançada do Su-27) estarão em vias de conclusão. A China é responsável por mais de 15% da venda de armamento russo ao exterior, embora a dependência chinesa do seu maior fornecedor tenha vindo a diminuir face aos avanços tecnológicos da indústria nacional.

De acordo com o Livro Branco da Defesa japonês, a China tem vindo a aumentar os voos de reconhecimento sobre os países vizinhos, o que pode vir a incrementar-se uma vez que os militares chineses anunciaram a construção de onze bases para *drones* na sua linha costeira nos próximos anos.

Pode afirmar-se, portanto, que a China não só desenvolveu assinaláveis capacidades de anti-acesso como está agora em condições de projectar poder aeronaval,

3 O *Aegis* é um sistema de armas integrado, inicialmente desenvolvido nos EUA, e que tem por base a utilização de potentes computadores e radares, capazes de rastream e guiarem mísseis com grande precisão.

com especial ênfase no Pacífico. Muitos dos seus sistemas de armas (e.g. anti-navio) têm já um alcance superior ao poder ofensivo da marinha americana, deixando esta última insegura nos seus habituais santuários. O DF-21D, um míssil balístico anti-navio colocado em plataformas móveis terrestres, terá como alvo principal a esquadra norte-americana do Pacífico.

É neste contexto que o *AirSea Battle* propõe aos decisores político-militares um ambicioso plano de resposta a uma China potencialmente agressiva. Em 2010 o *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA), um *think tank* financiado pelo Pentágono, publicou um controverso relatório conceptualizando um conflito armado com a China tendo por base as premissas do *AirSea Battle*.

O estudo refere que a China estará já a criar zonas de interdição na segunda cadeia de ilhas, abrangendo Guam (importante base de apoio militar dos EUA) e a Nova Guiné. A primeira cadeia de ilhas estende-se do sul da Coreia do Sul ao Sul das Filipinas e inclui alguns territórios em disputa, designadamente os arquipélagos das Paracel e Spratly. Os estrategas militares dividem-se quanto à relevância atual da primeira cadeia de ilhas, atendendo ao desenvolvimento tecnológico dos sistemas de armas ao dispor do EPL, designadamente os mísseis balísticos terra-mar.

“A China parece estar a desenvolver e a demonstrar propositadamente capacidades ofensivas que ameaçam os EUA em todos os domínios de acção – espaço, ciberespaço, mar e ar” – lê-se naquele documento estratégico. Embora o *AirSea Battle* não esconda o seu verdadeiro objetivo, designadamente a contingência de um conflito armado com a China, o *paper* pretende ser visto como uma importante contribuição para a prevenção de um conflito sino-americano, criando – paradoxalmente, como admite – um acréscimo de confiança por parte dos actores regionais, isto é, aliados dos EUA.

Sem surpresa, o *AirSea Battle* é encarado pelos chineses como um *déjà vu* da mentalidade da Guerra Fria, o que em rigor não andarão longe da verdade. Afinal de contas foi o *AirLand Battle*, a versão terrestre para o teatro de operações europeu, que esteve no centro da doutrina militar dos EUA no confronto político-militar face à União Soviética.

Mas ao encarar o poder marítimo como uma síntese da sua geografia, isto é, criando uma barreira de anti-acesso apoiada em mísseis instalados em terra e forças aeronavais a operar na vizinhança próxima, também a China evoca as velhas táticas usadas pela União Soviética na Guerra Fria. De todo o modo, o poder marítimo da China representará um desafio maior por comparação com a União Soviética, possuindo as capacidades necessárias para fazer vingar os seus predicados militares na Ásia-Pacífico.

Do ponto de vista estratégico um poder marítimo é aquele capaz de operar para lá da região costeira (Tangredi, 2006) e embora a Marinha dos EUA seja a única

com alcance global, não restam dúvidas de que a congénere chinesa está agora em condições de explorar outros horizontes.

O Mar da China Meridional

“As pessoas pensam que devíamos lidar de uma forma mais dura com os EUA, o Japão, os países que disputam connosco as ilhas do Mar do Sul da China. Que devemos ser mais agressivos a proteger os nossos interesses e possessões, se necessário com armas” – refere o académico Shi Yinhong, diretor do Centro de Estudos Americanos da Universidade *Renmin*, em Pequim.

Significativamente, a 15.^a Cimeira da ASEAN em novembro de 2012 terminou sem um acordo com a China sobre o Código de Conduta para o Mar da China Meridional. Tratou-se de uma vitória diplomática para Pequim, que há dez anos vem tentando adiar a resolução da polémica questão, numa tentativa pouco subliminar para ganhar tempo, consolidar posições no terreno e conseguir levar os seus principais contendores à mesa das negociações bilaterais.

Na versão de Pequim, a China não quer internacionalizar a questão, evitando assim um compromisso com a ASEAN para a solução consensual do diferendo. Curiosamente, a cimeira da ASEAN assinalou o décimo aniversário da declaração das partes (China+ASEAN) sobre o Mar da China Meridional: a celebração de um “diálogo de surdos”. Já em julho de 2012, a reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros da ASEAN tinha terminado sem um comunicado oficial, pela primeira vez nos 45 anos de história da organização, devido a discórdias sobre o Mar da China Meridional.

A posição chinesa no Mar da China Meridional tem sido equívoca. Se a China definiu como prioridade o estabelecimento de boas relações com os países vizinhos da região, condição *sine qua non* para o desenvolvimento económico do país, a postura da marinha chinesa e agências paramilitares, que pontualmente tem roçado a beligerância, contribui para o adensar episódico da tensão na região.

O Mar da China Meridional é a massa de água definida pelo Estreito de Taiwan a Norte, o Sueste Asiático continental a Oeste, as Filipinas a Este e o arquipélago da Indonésia a Sul. Dez Estados bordejam o Mar da China Meridional: China, Taiwan (não reconhecido pela ONU), as Filipinas, Malásia, Brunei, Indonésia, Vietname, Tailândia, Singapura e Camboja. De entre estes Estados, apenas dois, Tailândia e Camboja – porque situados bem no interior do Golfo da Tailândia – não estão diretamente envolvidos no diferendo.

No Mar da China Meridional encontram-se dois grandes grupos de ilhas: as Spratly e as Paracel (Nansha e Xisha para os chineses). Em rigor, muitas delas não constituem ilhas à luz da norma jurídica definida pelo direito internacional. Trata-se antes de meras rochas, bancos de areia e recifes, em muitos casos sub-

mersos ou parcialmente submersos. Cerca de cem destas ilhotas encontram-se espalhadas por uma área que ronda os 800 mil km². Desde 1973 que o Vietname ocupa militarmente algumas das ilhas e ilhéus das Spratly. As Filipinas reclamam a maioria das ilhas das Spratly. Nas ilhas Paracel, ocupadas pela China, encontra-se sediada uma das mais importantes bases aeronavais do EPL. Em 2012, a Comissão Militar Central chinesa aprovou a construção de um comando militar nas ilhas Paracel, na cidade de Sansha, e intensificou as patrulhas em redor das ilhas Spratly.

As reivindicações de soberania no Mar da China Meridional são baseadas em atos de “descoberta” e “ocupação” e também em direitos inferidos a partir da “delimitação das plataformas continentais”. A perspetiva de exploração petrolífera, desencadeada nos anos 70 do século passado, e a Lei chinesa sobre as águas territoriais e zonas adjacentes (1992), emergiram como factores decisivos para as crescentes disputas naquela zona do globo. O Mar da China Meridional apresenta, deste modo, uma dupla valia geoestratégica: enquanto região que acolhe algumas das linhas de comunicação marítima mais importantes do globo e, não menos importante, pela proximidade com presumíveis depósitos de hidrocarbonetos.

São as indefinições subsistentes – permitidas pelas interpretações díspares que cada Estado ribeirinho faz da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) – que estão na base de incidentes recorrentes. A China, por exemplo, pretende impor restrições à livre navegação de embarcações militares nas águas cuja jurisdição reivindica como Zona Económica Exclusiva (ZEE), o que é refutado pelos seus vizinhos regionais e EUA. O método usado pelas autoridades chinesas (medição de linhas a partir da zona costeira) iria impedir aos navios do “direito de passagem inocente”. E embora os EUA não tenham ainda ratificado a CNUDM, adoptaram a maioria dos preceitos estipulados naquela lei reguladora da actividade nos mares.

A China reclama a soberania sobre o Mar da China Meridional por considerar tratar-se de “águas históricas” do país. Ora, o princípio da livre navegação, marítima e aérea, não se aplica às “águas históricas”. É natural, portanto, que os Estados Unidos e demais países da Ásia-Pacífico encarem negativamente a postura chinesa.

O Mar da China Oriental

Desde 2010 que a China tem sido protagonista em incidentes navais com forças do Vietname, Filipinas, Coreia do Sul e Japão. Mas foi com este último país que a tensão atingiu níveis preocupantes, fruto de um incidente ocorrido nas imediações das ilhas Diaoyu/Senkaku em 2010 e que envolveu um barco de pesca chinês e embarcações da guarda costeira japonesa. Na sequência deste incidente o governo

japonês viria a adquirir três das ilhas a privados, provocando desse modo uma violenta reação de Pequim. O velho diferendo sino-japonês quanto à soberania das ilhas inflamou-se rapidamente, graças aos surtos nacionalistas patrocinados por Pequim e Tóquio.

Durante meio século, recorde-se, a China foi vítima da agressão militar nipônica, período sombrio que teve início na derrota de 1895, prolongando-se até ao final da Segunda Guerra Mundial em 1945. O fardo da história demora a desvanecer.

A China, Taiwan e Japão reclamam as ilhas Senkaku (para os japoneses) ou Diaoyu (para os chineses). Situado no extremo nordeste do Mar da China Oriental, o grupo é constituído por cinco pequenas ilhas vulcânicas e três formações rochosas, totalizando uma massa de terra com cerca de 7 km². Nenhum dos ilhéus é habitado. O Governo chinês sustenta que as ilhas deveriam ter sido devolvidas à China ao abrigo das disposições previstas na Declaração do Cairo de 1943 e da Proclamação de Postdam de 1945, e ainda do Tratado de São Francisco. Uma posição reiterada no Livro Branco sobre as ilhas publicado em Setembro de 2012.

O Japão argumenta que incorporou as ilhas em 1895, quando ninguém as reclamava; a China e Taiwan contrapõem com a alegada descoberta das ilhas em 1372, usando-as, subseqüentemente, como ajuda à navegação.

Entretanto o novo governo japonês, liderado pelo Primeiro-Ministro Shinzo Abe optou por reforçar o orçamento da defesa e intensificar os contactos político-militares com os EUA e alguns países da região, como é o caso das Filipinas a quem se preparam para vender 10 navios de patrulha costeira. Pequim encara estas manobras como um “cerco diplomático”, apadrinhado pelos EUA, destinado a isolar a China e obrigá-la a ceder às negociações multilaterais.

Embora o Japão não abdique de uma posição de força face à China no que diz respeito às ilhas em disputa, terá que ter em conta os interesses económicos, decorrentes das 20.000 empresas japonesas a operar em território chinês.

Se é verdade que o fenomenal processo de desenvolvimento económico da China nas últimas décadas é devedor da significativa cooperação nipônica, também é um dado adquirido que o entendimento na esfera económica não teve consequências visíveis no plano político, palco de recorrentes fricções animadas por sentimentos nacionalistas, geridos de forma pouco sensata por Pequim e Tóquio.

A ascensão económica, militar e política da China é encarada com indisfarçável suspeição pela liderança japonesa, que pressagia um projecto sínico de afirmação hegemónica na Ásia, enquanto o Japão é visto em Pequim não somente sob o prisma das suas enormes capacidades industriais mas também como um protectorado virtual dos EUA com a missão de conter o expansionismo do poder chinês.

O Livro Branco da Defesa japonês (2012) admite que a modernização das forças armadas chinesas, destinada em primeira linha a resolver pela força a questão de Taiwan, já extravasa essa capacidade operacional. Entre outros ativos militares,

o EPL dispõe de mais de mil mísseis balísticos apontados a Taiwan na província de Fujian.

No final de 2011, o governo japonês decidiu permitir o fabrico e exportação de tecnologia militar, medida de duvidosa constitucionalidade e que foi encarada em Pequim como mais uma ação tendente à contenção da China. É de esperar que o novo governo japonês, constituído por nacionalistas radicais, dê novo fôlego ao projeto de revisão constitucional, libertando assim o Japão para uma política externa mais ativa, incluindo poderes reforçados para as forças armadas.

A China e o Japão não escondem o propósito de se conterem mutuamente – principalmente no plano do expansionismo militar. Neste contexto, os Estados Unidos terão interesse em conter as duas potências asiáticas – ainda que em graus e modos diferentes. No final de 2012, o Senado norte-americano aprovou uma emenda legislativa reconhecendo que as ilhas Diaoyu/Senkaku estão sob administração do Japão e, conseqüentemente, incluídas no tratado de segurança que os EUA têm em vigor com o seu principal aliado asiático. E embora o texto deixe claro que os EUA não tomam partido sobre a soberania das ilhas, a posição de Washington não podia ser mais cristalina.

Em suma, a China e o Japão encontram-se, pela primeira vez nas suas milenares histórias, a competir pela proeminência na Ásia, recorrendo para o efeito aos clássicos instrumentos da balança de poderes. Ao colocarem meios militares aeronavais a patrulharem as disputadas ilhas, substituindo as agências marítimas civis, as partes contendoras aumentam exponencialmente o risco de degeneração do volátil cenário geoestratégico.

Fronteiras Estratégicas

Pela primeira vez na sua história, a China estabilizou as fronteiras terrestres com os seus catorze vizinhos. Não sofre ameaças directas de rivais geoestratégicos e há décadas que o EPL não se envolve em conflitos. A tensa relação com Taiwan estabilizou nos últimos anos, dando lugar a significativas trocas comerciais bilaterais. Contudo, a liderança chinesa percepção um ambiente estratégico inseguro.

Paradoxalmente, os sete livros brancos sobre a Defesa publicados até à data transparecem autoconfiança e até alguma transparência quanto aos objectivos estratégicos da China (Carrico, 2012). De facto, a construção da grande potência chinesa implica uma projecção de força sem precedentes. No programa delineado por Deng Xiaoping, o EPL seria objeto da última das quatro modernizações⁴, mas dispondo de um orçamento em constante crescimento, as forças armadas chinesas estão já

4 Dando sequência aos princípios estabelecidos por Zhou Enlai, Deng Xiaoping programou quatro modernizações para a emancipação da China: económica, científica, tecnológica e militar.

bem longe do atraso descrito por David Shambaugh (2002: 107) há pouco mais de uma década.

A preservação da segurança nacional, bem como da soberania e da integridade territorial são condições indispensáveis, do ponto de vista estratégico, para que a China prossiga com o seu plano sócio-económico de desenvolvimento. Dito de outro modo, é do interesse da China evitar conflitos que neutralizem ou impliquem um retrocesso nos sucessos económicos alcançados.

Mas a projecção económica implicou o alargamento dos interesses vitais e a dilatação das fronteiras estratégicas. Do ponto de vista da segurança e defesa estas incluem a plataforma continental, o Pacífico Norte contíguo à Rússia e ao Japão, o Pacífico Ocidental, a Ásia Central, o Estreito de Taiwan, os mares da China Meridional e da China Oriental e a área do Estreito de Malaca que penetra no Oceano Índico (Shambaugh, 2002: 67). O Golfo Pérsico, fonte de abastecimento petrolífero, poderá eventualmente ser incluído neste conjunto. Os interesses vitais da China vão ainda mais longe e incluem o Ártico, o espaço sideral⁵ e a exploração dos oceanos.

O conceito doutrinário militar de “combater numa guerra total e nuclear” evoluiu para “guerra local sob condições de infomecanização”. Mas mais importante, o conceito de “defesa ativa” comporta atualmente capacidades ofensivas sem precedentes no arsenal ao dispor do EPL. Como perceber, então, a estratégia militar da China? Um dilema de difícil resolução – reconheça-se (Swindon, 2011; Carriço, 2012).

Certo é que os países ocidentais centram a análise estratégica nas capacidades projectadas do adversário, enquanto a China opta por avaliar as intenções do oponente. Para Kissinger, a diferença fundamental entre as abordagens ocidental e chinesa à estratégia, é que a primeira é focada na avaliação das capacidades do adversário, enquanto a segunda tem por alvo a dimensão psicológica do oponente (Kissinger, 2011). Neste último domínio a China tem vindo a construir uma narrativa própria, baseada nas virtudes do “características chinesas” e destinada a dar cobertura à sua meteórica ascensão geopolítica. Não surpreenderá, portanto, que Joseph S. Nye enalteça a “estratégia inteligente” usada pela China, ao combinar *hard* e *soft power*.

5 A China já colocou no espaço 16 dos 35 satélites previstos até 2020 (sistema *Beidou*) e que vão rivalizar com o GPS americano, nas vertentes comercial e militar. O programa espacial que inclui estações orbitais e, possivelmente, a colocação de astronautas na Lua, prossegue a bom ritmo. A China também já demonstrou dominar a tecnologia de destruição de satélites com mísseis de longo alcance.

Conclusão

A China transformou-se num “Estado anfíbio”. A Marinha mercante chinesa, a segunda maior do mundo, encarregou-se da primeira ofensiva naval, tocando todos os continentes. Agora o antigo Império do Meio quer projetar poder marítimo, numa espécie de vingança da geografia. Ao dominar as plataformas continental e marítima, a China está finalmente em condições de afirmar-se como potência hegemónica na região da Ásia-Pacífico. Em consequência, assiste-se a uma crescente militarização dos Estados costeiros da região, criando um ambiente estratégico volátil.

Entende-se que a China queira maximizar a sua segurança, dando correspondência no plano militar à potência político-económica em que soube transformar-se. Cerca de metade da mercadorias do mundo transitam pelo corredor marítimo que vai do Estreito de Malaca ao Japão e a China quer zelar pelos seus interesses estratégicos. Mas o EPL começa a dispor de capacidades que extravasam uma possível invasão de Taiwan, ao mesmo tempo que maximiza a vertente ofensiva do seu arsenal. Pequim parece ter entrado no jogo da supremacia.

A China quer dominar, ou pelo menos neutralizar, a periferia estratégica. A política interna, os jogos de poder e o difícil equilíbrio entre grupos de interesse, podem conduzir rapidamente a que a China enverede por uma política externa inconsequente ou mesmo agressiva. Uma China democrática não seria necessariamente menos nacionalista ou permissiva na prossecução dos seus objectivos no relacionamento com o mundo. Na actual fase a China professa um misto de satisfação com o *status quo* e uma postura assertiva relacionada com uma vontade de alterar o sistema internacional. Transitou de um estádio acomodatório para um patamar de assertividade cada vez mais visível.

Na perspectiva ocidental a China não enfrenta nenhuma ameaça imediata. Mas Pequim tem um entendimento diferente. Em consequência, os países da região estão a ser pressionados em dois sentidos: pela China economicamente e pelos EUA do ponto de vista da segurança. Alguns dos principais parceiros comerciais da China são simultaneamente os principais aliados em matéria de segurança dos EUA, dando origem a um delicado cenário geoestratégico.

Ainda que a eclosão de um conflito seja improvável (metade das exportações chinesas destinam-se à Ásia-Pacífico), vive-se uma realidade de tensão que obrigará Pequim a reavaliar a sua estratégia para a região. Na realidade pode estar em curso uma nova ordem asiática que coloca em causa a política de auto-contenção advogada por Deng Xiaoping. A China dispõe de poder como nunca e está a usá-lo.

Referências

- ASEAN (Association of Southeast Asian Nations). Disponível em <http://www.aseansec.org/>
- Australian Government (2012). *Australia in the Asian Century*. Disponível em <http://asian-century.dpmc.gov.au/>
- Brzezinski, Zbigniew (2012). *Strategic Vision*. New York: Basic Books.
- Carriço, Alexandre (2012). *Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China, 1998-2010*. IDN Cadernos n.º 7. Disponível em <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1351&cod=16>
- Cunha, Luís (2001). “O Mar da China Meridional — Nacionalismo e Regionalismo”. *Separata de Estudos Políticos e Sociais*, Volume XXIII, n.ºs 1-4. Lisboa: ISCSP/UTL, pp. 217-297.
- Clinton, Hillary (2011) “America’s Pacific Century”. *Foreign Policy*. Disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century
- Center for Strategic and Budgetary Assessments (2010). *Why AirSea Battle?*. Disponível em <http://www.csbaonline.org/publications/2010/02/why-airsea-battle/>
- Japan Government (2012). *Defense of Japan 2012*. Disponível em http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/pdf/2012/07_Part1_Chapter1_Sec3.pdf
- Griffiths, Ruyard e Patrick Luciani (eds) (2011). *Does the 21st Century Belong to China?: The Munk Debate on China*. Toronto: House of Anansi Press.
- Kissinger, Henry (2011). *On China*. London: Penguin Books.
- Leonard, Mark (ed) (2012). *China 3.0: Understanding the New China*. London: The European Council on Foreign Relations. Disponível em http://ecfr.eu/page/-/ECFR66_CHINA_30_final.pdf
- Lin, Justin Yifu (2012). *Demystifying the Chinese Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- National Intelligence Council (2012). *Global Trends 2030*. Disponível em http://www.fas.org/irp/nic/global_trends_2030.pdf
- Nye, Joseph S. (2010). *O Futuro do Poder*. Lisboa: Temas e Debates.
- Ministry of National Defense (2012). *Quadrennial Defense Review*. Taipei: Ministry of National Defense, R.O.C. Disponível em <http://www.mnd.gov.tw/english/>
- Ross, Robert S. (2012). “The Problem with the Pivot”. *Foreign Affairs*, November/December.
- Sem autor (s.a.) (2012). “China’s Military Rise: The Dragon’s New Teeth”. *The Economist*.
- Swaine, Michael D. (2011). “Perceptions of an Assertive China”. *China Leadership Monitor* n.º 32. Disponível em <http://www.hoover.org/publications/china-leadership-monitor/3601>

- Swaine, Michael D. (2011). "China's Assertive Behavior – Part One: On «Core Interests»". *China Leadership Monitor* n.º 34. Disponível em <http://www.hoover.org/publications/china-leadership-monitor/7216>
- Swaine, Michael D. e M. Taylor Fravel (2011). "China's Assertive Behavior—Part Two: The Maritime Periphery". *China Leadership Monitor* n.º 35. Disponível em <http://www.hoover.org/publications/china-leadership-monitor/8146>
- Swaine, Michael D. (2012). "China's Assertive Behavior – Part Three: The Role of the Military in Foreign Policy". *China Leadership Monitor* n.º 36. Disponível em <http://www.hoover.org/publications/china-leadership-monitor/8701>
- Swaine, Michael D. (2012). "China's Assertive Behavior – Part Four: The Role of the Military in Foreign Crises". *China Leadership Monitor* n.º 37. Disponível <http://www.hoover.org/publications/china-leadership-monitor/9026>
- Swaine, Michael D. (2012). "Chinese Leadership and Elite Responses to the U.S. Pacific Pivot", *China Leadership Monitor* n.º 38. Disponível em <http://www.hoover.org/publications/china-leadership-monitor/9426>
- Shi, Yinhong (2012). "O Perigo de Um Confronto com os EUA existe". *Público*, 19 de dezembro.
- Tangredi, Sam J (2006). "Sea Power: Theory and Practice" em John Baylis, James Wirtz, Eliot A. Cohen e Colin Gray (eds), *Strategy in the Contemporary World An Introduction to Strategic Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- Tang, Shiping e Zhang Yunling (2005). "China's Regional Strategy" em David Shambaugh (ed), *Power Shift: China and Asia's New Dynamics*. Berkeley: University of California Press.
- U.S. – China Economic and Security Review Commission (2012). *Report to Congress*, November.
- White, Hugh (2012). *The China Choice*. Melbourne: Black Inc.